

Econ - Plan

Identificar riscos e benefícios para solucionar a crise

Hans T. Schuler

A revelia dos princípios da tradição neutralista suíça, de não se envolver em assuntos internos de outros países, sinto-me compelido a tentar contribuir com algumas idéias na busca de novos caminhos para este país que nos acolhe tão generosamente, onde temos muitos amigos e que se converteu em nossa segunda pátria.

Com orgulho, testemunho renascer da democracia e agora, pesarosamente, observo as dificuldades que ela enfrenta para dar os primeiros passos. Tem-se a impressão de que as partes envolvidas no sistema democrático estão tentando autodestruir-se por inexistência de adequado canal de comunicação entre si.

A democracia suíça demorou séculos para consolidar-se e somente chegou a funcionar porque houve a disposição geral para negociar, assumindo-se compromissos e respeitando-se mutuamente. Levou muito tempo. Tempo de que não se dispõe mais, neste mundo de mudanças tão rápidas e de características muito mais competitivas.

Em suma, essa é a contribuição positiva de alguém que não deixou de acreditar na capacidade brasileira de sair da atual situação política, social e econômica extremamente difícil e partir para um futuro melhor.

Não se precisa manusear números para comprovar o que vem sendo percebido por grande parcela da população, isto é, a gravidade da situação atual. Verifica-se uma rápida (e já prolongada) deterioração da estrutura econômico-social, processo que se está acelerando de maneira perigosa. Em contrapartida, para agravar ainda mais esse quadro, há ausência de uma estratégia global, adotando-se, em vez disso, apenas medidas momentâneas, tendo, às vezes, efeito contrário ao desejado.

A esta altura, vale abrir um parêntesis para assinalar que não pretendo ter a posse da verdade, nem disponho de soluções fáceis, que não impliquem sacrifícios. Assim sendo, vejo



Nota-se, ainda, um comportamento irracional — para não dizer irresponsável — por parte de agentes do processo, motivado por falta de vontade e/ou compreensão acerca das complexas e variadas interligações.

Da parte do governo, não se verificam indícios concretos e substanciais de austeridade. No entanto, ele interfere onde não deveria, impondo, por exemplo, controles ou restrições exagerados à importação, estabelecendo reservas de mercado, controlando preços, concedendo subsídios, o que resulta em perpetuação de "cartórios" ou em premiação de ineficiência, etc. A consequente crônica falta de recursos reflete-se na insuficiência de investimentos em educação e em infra-estrutura, ao mesmo tempo que pouco se faz para atrair o capital estrangeiro, contrariando, aliás, a atual tendência internacional.

Por fim, não se vislumbra qualquer plano consistente e viável na busca de apoio para restabelecer a credibilidade abalada. Na verdade, o maior perigo reside exatamente na total perda de confiança na própria capacidade de vencer.

A principal premissa do pensamento estratégico é a clara identificação dos riscos e benefícios das opções escolhidas, e não somente a consideração dos aspectos meramente quantitativos. Por isso, é também particularmente importante avaliar o risco da opção de não promover mudanças drásticas. É preciso elaborar uma estratégia focalizando poucas idéias centrais, implementando-a com consistência. Em outras palavras, a idéia central não pode ser reformulada ou redirecionada a cada ano ou até cada mês! Sob esse ponto de vista, fica claro, portanto, que não existe até hoje uma estratégia global para a superação da atual crise estrutural que o País enfrenta. A ausência dessa estratégia global, somada à generalizada incompreensão de parcela ponderável da classe política quanto aos riscos e consequências da falta de medidas, impede, em parte, que se consiga um acordo a nível nacional.

A esta altura, vale abrir um parêntesis para assinalar que não pretendo ter a posse da verdade, nem disponho de soluções fáceis, que não impliquem sacrifícios. Assim sendo, vejo

a necessidade de alguns pré-requisitos para a implementação de uma estratégia antícrise como a entendo, a saber:

- estabelecimento de um "pool" de lideranças de vários segmentos sociais, que devem concordar acerca das idéias centrais (ver abaixo);

- a realização de enorme esforço de comunicação por parte de todos os veículos do setor, baseado no apoio das lideranças patrióticas.

Dessa maneira, a ampla divulgação da estratégia brasileira, sinalizando precisamente suas opções e consequências, resultaria no restabelecimento da credibilidade e confiança tanto a nível interno quanto exterior.

Cumpre ressaltar a importância, para o êxito dessa estratégia, dos meios e modos de comunicação. Considero, nesse contexto, vital a necessidade de conseguir a união das forças responsáveis, incluindo os veículos de comunicação.

Apresento a seguir onze pontos que me parecem fundamentais para se conseguir êxito no propósito enunciado.

1. Constituir núcleo de lideranças (políticos, empresários, trabalhadores etc.) para apoiar, de forma coerente e consistente, medidas "drásticas".

2. Limitar a participação do Estado ao mínimo indispensável, por exemplo, nos setores viário e de energia de forma total, e com atuação apenas parcial nas áreas de transportes, telecomunicações, saúde e educação, em que irá conviver com a livre iniciativa. Evidentemente, haveria necessidade de adoção de uma política tarifária adequada, que permitisse a eliminação dos permanentes prejuízos, reduzindo, assim, o déficit público.

3. Criar estruturas descentralizadas transparentes, com clara prestação de contas, incluindo uma reformatributária.

4. Definir uma política aduaneira, estabelecendo princípios e regras claras, sem medidas casuísticas, estimulando especialmente produtos com capacidade de competição a nível mundial, dentro de prazos limitados, e com previsões firmes de diminuição gradativa dos incentivos ou níveis de proteção.

5. Eliminar o controle de preços na quase totalidade dos setores.

6. Suprimir regulamentos, controles e outros licenciamentos complicados na área industrial.

7. Restringir drasticamente os subsídios,

limitando-os a pouquíssimas áreas ou projetos de fato potencialmente produtivos/ou de interesse social.

8. Sustar o processo de desestímulo à entrada de investimento estrangeiro, o qual deve receber tratamento idêntico ao dispensado ao capital nacional.

9. Atribuir prioridade máxima à educação.

10. Baseado no conceito estratégico citado e a partir então de uma posição de alta credibilidade, negociar energicamente o apoio internacional.

11. De acordo com um formidável esforço de comunicação, disseminar da maneira mais ampla possível a idéia de que não existe plano de "salvação" nacional sem sacrifícios da parte de todos, sem exceção.

Em suma, repito: a meu ver, sem a efetivação de uma estratégia bem definida as consequências a longo prazo, com toda a certeza, serão desastrosas; o "paciente" corre o perigo de morrer de maneira lenta e cruel. Por isso, o mais importante nesse contexto é cuidar do futuro, com ênfase nas áreas de educação e produtividade.

Não foi minha intenção produzir um diagnóstico pormenorizado da crise brasileira, tendo em vista que a concretização das idéias centrais acima expostas requer análise muito mais aprofundada. Essas idéias foram enunciadas apenas como linha mestra de atuação, uma espécie de "Lei Maior" contra a crise, que não se poderá transgredir com exceções ou contradições.

É óbvio que as medidas esboçadas vão esbarrar no limite do politicamente possível. Certamente, será necessário criar um processo que facilite e apresse a "aprendizagem democrática" por intermédio de um extraordinário esforço integrado.

Hans T. Schuler é mestre em Economia pela Escola Superior de St. Gallen, Suíça, e diretor da Ciba-Geigy.